

27 MAI 1993

A fogueira de talentos

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

A nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda conseguiu reverter o que poderia ser a crise final do governo Itamar Franco. A perda de credibilidade do ministro Eli-seu e o desembarque tumultuado da ministra Erundina tinham chama suficiente para iniciar um incêndio de consequências insondáveis na frente que dá sustentação política ao presidente, da confiança da direita parlamentar ao populismo que vinha sendo tratado a pires de leite pelo presidente da República. A grande novidade é que o presidente parece ter obtido a confiança das elites e a tolerância respeitosa da esquerda mais impaciente sem ter escolhido alguém da direita parlamentar ou cedido às tentações populistas. Optou pelo talento.



Seria repetitivo enumerar as qualidades pessoais do novo titular da Fazenda, ou mesmo suas virtudes circunstanciais, dentre as quais se encontram a essencial confiança do presidente e a lealdade incontestes aos seus nobres propósitos. Nestes tempos difíceis, em que a intriga política e as disputas pessoais pelo poder exploram a volatilidade da confiança e a precariedade das lealdades, pode-se bem lembrar que estas virtudes podem durar menos que o tempo necessário à montagem de uma estratégia duradoura de política econômica. É triste o recorde dos últimos meses. É assustador imaginar que se possam queimar tantos recursos humanos escassos quanto foram consumidos pela folia inflacionária nestes últimos anos.

A unanimidade suspeita com que foi saudada a ascensão do novo ministro e sua equipe não é suficiente para nos fazer esquecer as dificuldades do momento atual. Com uma inflação às bordas dos 30% ao mês, a economia brasileira é um organismo doente, que produz riqueza à custa de mais miséria, na qual os incentivos à produção se dão às expensas de maiores desequilíbrios, tendo se transformado numa infernal máquina que converte boas intenções de políticos em mais inflação, mais distorções econômicas e maiores conflitos sociais. O ministro mostrou lucidez em suas primeiras palavras: a menos que haja um combate sem trégua à inflação, não haverá esperança de minorar as condições dos que mais sofrem com a atual situação econômica nacional. Oxalá o presidente lhe dê ouvidos.

Dada a composição e a experiência profissional da equipe, podem se descartar de pronto as aventuras — confiscos, alongamentos compulsórios e intervenções estapafúrdias só conseguiriam aumentar a fuga de capitais, a dolarização das poupanças populares e a “infomalização” crescente das relações econômicas. De plano em plano cresce o País ilegal e se enche o Judiciário de direitos infundáveis e incalculáveis, que tornam a dívida pública virtual e contingente mais grave do que a dívida mobiliária, que tanto perturba algumas mentes mais simples.

Tentar promover o crescimento econômico a qualquer custo, pela via de mais crédito subsidiado por parte das instituições financeiras oficiais, pelo recurso a maiores despesas públicas ou pelo caminho do maior endividamento, seja por parte dos governos estaduais, seja de seus bancos, tampouco é visto por qualquer profissional como um programa de crescimento com chance de sustentação.

Deve-se ter claro, para que não sejam alimentadas ilusões, que a atual recuperação tem caráter cíclico e não pode ser prolongada, a não ser que se criem condições para a retomada dos investimentos privados. Tal retomada pode ser feita artificialmente, pela simples diminuição dos juros subsidiados nos programas oficiais de crédito, mas seria o falso incentivo à produção que terminaria provocando mais inflação. O ponto essencial, portanto, para recuperar os investimentos privados é a diminuição do clima de incerteza, da insegurança quanto às regras contratuais e o alongamento dos horizontes de cálculo econômico. E isso só pode ser obtido com redução da inflação.

Da experiência dos últimos anos, tanto dos fracassos quanto dos sucessos, há consciência nítida de que só existe inflação elevada porque o governo precisa dela, como forma de resolver a incoerência entre seus programas de gastos e seu comando sobre a receita. No caso brasileiro de hoje, isso significa fazer um esforço sério para controlar as contas públicas e acabar com a ficção orçamentária, aumentar o comando da União sobre a receita de impostos, cortar pela raiz o comprometimento político do governo com recursos que não existem. Conseguir isso requer articulação política, esforço permanente de esclarecimento e combate corpo-a-corpo contra interesses estabelecidos dentro e fora do setor público.

A recuperação da economia exige uma reconstrução da moralidade orçamentária, e este será certamente o mínimo que se pode esperar de uma equipe que não buscou a luz da ribalta para desfilar seus talentos, mas foi convocada numa hora difícil para construir as bases de uma recuperação sustentável do crescimento econômico, que tem início por um programa sério de combate à inflação. O que podemos esperar de uma equipe competente e séria é que produza um programa de estabilização que seja um roteiro seguro para a retomada dos investimentos privados, não um show ridículo de artifícios, truques e efeitos especiais de curta duração.

Inicia-se esta nova etapa sob os bons auspícios do aplauso aliviado das elites responsáveis e da aprovação do acordo da dívida externa pelo comitê de bancos. Já se tornou lugar-comum a avaliação de que a comunidade econômica internacional está pronta para a boa notícia de que o Brasil tomou jeito, parou a inflação e vai entrar numa longa etapa de prosperidade. Basta pararmos, como sociedade, de desperdiçar talentos na fogueira inflacionária alimentada pela insensatez e pela burrice.

■ *Dionísio Dias Carneiro, economista, é professor da PUC do Rio de Janeiro*